## PROJETO DE LEI N°, DE 2025

(Da Sra. Rosângela Reis)

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. dispor para sobre obrigatoriedade de observância da Convenção Coletiva de Trabalho, dos encargos sociais, da proporcionalidade remuneratória е da qualificação profissional nas contratações públicas de serviços de segurança privada, prevenção combate a incêndios e primeiros socorros realizados por órgãos públicos, dá outras е providências..

## O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei acrescenta dispositivos à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para assegurar que, nas licitações, chamamentos públicos, credenciamentos ou quaisquer contratações de serviços de segurança privada, prevenção combate a incêndios e primeiros socorros voltadas à realização de eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos e festividades de qualquer natureza promovidos, apoiados ou patrocinados por órgãos públicos, sejam observadas as condições trabalhistas, previdenciárias e profissionais previstas nas convenções coletivas das respectivas categorias.

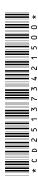
**Art. 2º** A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:





- "Art. 23-A. Nas licitações, chamamentos públicos, credenciamentos ou contratações públicas destinadas à execução de eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos ou festividades públicas, que envolvam a prestação de serviços de:
- I segurança privada, vigilância patrimonial, escolta de autoridades ou transporte de valores;
- II prevenção e combate a incêndios, inclusive brigadistas e bombeiros civis;
  - III primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar;
- § 1º Deverão ser observados, na elaboração do orçamento estimado e no edital, os valores de referência estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) das respectivas categorias profissionais.
- § 2º O valor global ou unitário da contratação deverá refletir a proporcionalidade da diária de trabalho de cada profissional, considerando a jornada prevista na convenção coletiva e os encargos sociais e trabalhistas obrigatórios, compreendidos FGTS, INSS, férias, 13º salário, adicionais legais e demais obrigações proporcionais.
- § 3º O edital deverá conter cláusula expressa determinando que o pagamento ao contratado seja condicionado à comprovação mensal do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários dos empregados alocados ao evento, sob pena de suspensão do repasse financeiro e rescisão contratual.
- § 4º A Administração Pública, por meio do gestor e fiscal do contrato, deverá assegurar a fiscalização do cumprimento integral dos direitos trabalhistas e previdenciários dos profissionais vinculados à





execução do serviço.

§ 5º Além das exigências previstas pelas autoridades públicas federais, estaduais e municipais, os profissionais de segurança privada, brigadistas e socorristas deverão possuir a Carteira Nacional da Segurança Privada (CNASP), emitida e válida pelo Conselho Nacional da Segurança Privada (CONASEP), como documento oficial de qualificação e habilitação profissional reconhecido no âmbito nacional.

§ 6º Os editais e contratos públicos de que trata este artigo deverão prever expressamente a obrigatoriedade de fornecimento de alimentação adequada e hidratação aos profissionais durante toda a jornada de trabalho, especialmente quando o evento ocorrer em período superior a quatro horas ou em condições de exposição ao calor e esforço físico.

§ 7º O descumprimento do disposto neste artigo implicará nulidade do contrato administrativo, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes públicos e contratados que derem causa."

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, podendo definir metodologia padronizada para cálculo dos encargos sociais proporcionais e procedimentos de verificação da validade da Carteira Nacional da Segurança Privada (CNASP) junto ao CONASEP.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir que todas as contratações públicas relacionadas à realização de eventos sociais, culturais, artísticos, esportivos e festividades públicas assegurem condições dignas e regulares aos profissionais de segurança privada, brigadistas e socorristas.

A proposta visa impedir a prática de editais com valores abaixo dos pisos definidos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) e assegurar que os encargos trabalhistas e previdenciários sejam observados proporcionalmente à diária efetivamente trabalhada, coibindo distorções e precarização.

A exigência da Carteira Nacional da Segurança Privada (CNASP), emitida pelo Conselho Nacional da Segurança Privada (CONASEP), fortalece o controle de qualificação e a certificação dos profissionais atuantes em eventos públicos, garantindo padrões de capacitação e segurança reconhecidos nacionalmente.

Além disso, a inclusão da obrigatoriedade de fornecimento de alimentação e hidratação assegura condições humanas e de saúde adequadas durante a execução dos serviços, especialmente em eventos de longa duração ou sob condições ambientais adversas.

A medida alinha-se aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e desenvolvimento sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, e reforça o compromisso do poder público com a valorização profissional e a integridade nas contratações de serviços essenciais à segurança da população.

Diante do exposto, conclama-se o apoio dos nobres parlamentares





para a aprovação desta relevante iniciativa.

Sala da Comissão, em de

de 2025.

## ROSÂNGELA REIS PL/MG

Deputada Federal



